Journal of **RESEARCH** and **KNOWLEDGE SPREADING**

e-ISSN 2675-8229
Journal Section: Human Sciences
Publication Type: Literature Review

Possibilities of Afro-Brazilian storytelling contributions to ethnic-racial relations education in early Childhood Education

Possibilidades de contribuições da contação de história afro-brasileira para a educação de relações étnico-raciais na Educação Infantil

Posibilidades de contribución de la narración de histórias afrobrasileñas a la educación en relaciones étnico-raciales en la - Educación Infantil

Mirths Mercês Costa Roque [1] Lucas de Oliveira Carvalho[2] Perolina Souza Teles [3]

[1] Secretaria Municipal de Educação, Malhador, Sergipe, Brasil.
[2] Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.
[3] Secretaria Estadual de Educação, Aracaju, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:
Nome: Perolina Souza Teles
E-mail: perolinasouza@hotmail.com

Como citar: Roque, M. M. C. & Carvalho, L. de O. & Teles, P. S. (2026). Possibilidades de contribuições da contação de história afro-brasileira para a educação de relações étnico-raciais na Educação Infantil. *Journal of Research and Knowledge Spreading, 7*(1), e21852. http://dx.doi.org/10.20952/jrks7121852

RESUMO

A Educação Infantil está nos primeiros anos de vida de uma pessoa como base na formação do/da cidadão/cidadã. Inserir nesse contexto a representação afro, que contribuiu para a história do Brasil, é valorizar as origens, fortalecendo a construção da identidade de uma criança. Sendo assim, a pesquisa é realizada com caráter bibliográfico, com abordagem qualitativa, analisando produções acadêmicas e legislativas a fim de ressaltar a relevância do tema na Educação Infantil. O presente trabalho busca trazer a importância das contações de histórias como estratégia para fomentar as discussões étnicas-raciais na Educação Infantil. Apesar das dificuldades em colocar na prática, enfrentando preconceito e falta de estrutura nas escolas, ressalta-se a necessidade de buscar estratégias representativas para que crianças tenham a oportunidade de serem apresentadas às mais diferentes culturas.

Palavras-chave: Educação infantil. Afro-brasileira. Contações de histórias. Relações étnico-raciais. Representatividade.

ABSTRACT

Early childhood education serves as the foundation for a person's formation as a citizen in their early years of life. Incorporating Afro-Brazilian representation—which contributed significantly to Brazil's history—into this context honors cultural roots and strengthens a child's identity development. Accordingly, this qualitative study utilizes a literature review framework, analyzing academic productions and legislative documents to emphasize the relevance of this topic in early childhood education. This article aims to highlight storytelling as a key pedagogical strategy to foster ethnic-racial discussions in early childhood settings. Despite practical challenges, such as facing prejudice and a lack of school infrastructure, it stresses the necessity of developing representative strategies so that children are given the opportunity to engage with diverse cultures.

Keywords: Early childhood education. Afro-Brazilian. Storytelling. Ethnic-racial relations. Representation.

RESUMEN

La educación infantil constituye la base de la formación ciudadana durante los primeros años de vida de una persona. Incorporar en este contexto la representación afro —que ha contribuido a la historia de Brasil— supone valorar los orígenes y fortalecer la construcción de la identidad del niño. En este sentido, se llevó a cabo una investigación de carácter bibliográfico y enfoque cualitativo, analizando producciones académicas y legislativas para resaltar la relevancia del tema en la educación infantil. El presente trabajo destaca la importancia de la narración de historias como estrategia para fomentar el debate sobre cuestiones étnico-raciales en esta etapa educativa. A pesar de las dificultades para llevar esto a la práctica —al enfrentarse a prejuicios y a la falta de infraestructura en las escuelas—, se subraya la necesidad de buscar estrategias representativas que brinden a los niños la oportunidad de conocer diversas culturas.

Palabras chave: Educación infantil. Afrobrasileña. Narración de historias. Relaciones étnico-raciales. Representatividad.

INTRODUÇÃO

A educação de qualidade é um direito, ou pelo menos assim deveria ser, de todos os/as brasileiros/brasileiras. Ela é um fundamento essencial para o crescimento da sociedade em todos os âmbitos que favoreçam uma maior qualidade de vida. Do ponto de vista social, a educação é vista como uma contribuinte para o combate ao preconceito, respeito as diversidades, ascensão e igualdade de oportunidades para diferentes classes.

> A escola tem um papel muito importante nesse processo, pois é o lugar onde as pessoas têm acesso ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade como ciências, artes, literatura, filosofia, matemática e outras disciplinas. Adquirir esse conhecimento, estudar e superar barreiras educacionais são formas de transformação social e também pessoal, ajudando a combater desafios e desigualdades (Reis, 2025, p119)

É manifestado nos mais diferentes espaços políticos que todas as pessoas têm direito à educação. Na formação das crianças não é diferente, o currículo possui discussões que amplamente abordam os mais diferentes vieses sociais, políticos e culturais envolvendo, responsáveis, professores, gestores e comunidade.

> Educação de qualidade tem sido bandeira de luta de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, gestores e diversos outros atores que lidam direta ou indiretamente com a questão educacional. No entanto, sabe-se que qualidade educacional é um conceito polissêmico, em disputa, ainda que essa disputa seja timidamente explicitada. Ou seja, excelência educacional é uma questão que não pode ser pensada e avaliada descolada da noção de equidade (Santos *et al*, 2018 p. 952).

Diante desse aspecto, uma das questões mais necessárias no cenário atual envolve as relações étnico-raciais e as estratégias traçadas para reduzir e combater o preconceito. São nessas relações que se evidenciam a pluralidade de características, sejam elas físicas ou culturais, da população afro-brasileira, que, ao longo da história, resultou em posições raciais hierárquicas. Essas classificações foram impostas e até hoje, estruturalmente, ainda são, não permitindo, entre outras questões, o acesso à educação de qualidade para todos.

> É nos primeiros anos de escolaridade, ou seja, na educação básica, que se deve ensinar o respeito às diferenças e os valores, pois a criança imagina, pensa, estabelece relações, deseja, aprende e questiona, essas a tornam adultos esclarecidos que comporão uma sociedade igualitária de valores morais e étnicos. Contudo, podemos considerar que no ambiente educacional é onde os professores devem tratar da diversidade e das diferenças na sociedade, bem como acultura históricas a valorizara igualdade e diversidade racial (Rodrigues, 2018, p. 2).

A introdução das relações étnico-raciais na formação de um/uma cidadão/cidadã permite, desde cedo, a criança ter consciência que comentários preconceituosos não podem ser aceitos como piadas. Isso possibilita um crescimento que não minimiza ações discriminatórias por meio de gestos, falas ou por escrito, resultado da naturalização daquilo que foi absorvido em seu meio social. Na maioria das situações, a exposição da criança a ofensas, insultos, injúrias de cunho racial abrem margem para normalização de comportamentos discriminatórios, os quais, nesse contexto, são tratadas como brincadeiras.

> A pessoa negra está muitas vezes representada e associada a fatores negativos. Nos filmes e histórias infantis, a referência à cor preta é tradicionalmente a portadora do mal. A linguagem simbólica que habita as experiências infantis remete as crianças a relacionarem o negro como assustador, perigoso, mau, o que inclui a pessoa negra (Dias, 2012, p. 670).

Diante disso, o presente trabalho busca demonstrar a importância da contação de histórias afro-brasileiras como uma estratégia que pode contribuir para o respeito à diversidade, a valorização da cultura afrodescendente e a construção de uma identidade de pertencimento das crianças. Acredita-se que a contação de história na Educação Infantil tem o potencial de estimular a consciência de classe, combate ao racismo estrutural e habilidades cognitivas, além do desenvolvimento da criança.

> Partindo da história contada, o professor mediador da Educação Infantil pode acrescentar novas propostas à aula estimulando o desenvolvimento integral das crianças, como é o caso de dinâmicas, o reconto da história, manuseio dos suportes utilizados, invenção de novas histórias, autonomia na escolha de novos livros, roda de conversa, desenho, teatrinho, cantigas, modelagem e dobradura (Faria *et al*, 2017, p. 38).

As contações de história possuem importância em diversas habilidades de criatividade, oratória, compreensão, entre outras desenvolvidas ao longo da infância. A compreensão, a sensibilidade, a criatividade e a aprendizagem fazem parte da existência humana, atribuindo sentido aos momentos e as ações. Portanto, a contação de história possui grande relevância

para a educação, com um papel que vai além de uma atividade de recreação. (Mateus *et al*, 2013). (Paula *et al*, 2021, p. 135) contextualiza:

> Com o passar dos anos, as histórias se tornaram também uma forma de preservar as culturas e os valores, e de compartilhar o conhecimento com outros povos e gerações posteriores. Dessa maneira, não há como negar que as histórias tiveram um importante papel no processo evolutivo da humanidade.

Esse apanhado histórico ajuda a compreender a necessidade de manter conhecimentos, valores e culturas de diferentes origens por meio da contação de histórias. Nesse contexto, a valorização das diversas expressões culturais no ambiente escolar contribui para a continuidade do multiculturalismo, fortalecendo a construção da identidade das crianças e promovendo o respeito à diversidade. Rocha & Silva (2015, p. 243) reforçam a valorização daquele que carrega um saber construído por um povo:

> Os nobres de nosso povo não são apenas os mestres e doutores certificados pelas instituições acadêmicas. Os nobres são também os detentores de saberes ancestrais, os responsáveis pela preservação, cuidado, zelo e transmissão dos saberes e do modo de compreender o mundo, a natureza e os seres vivos de um modo relacional.

A representatividade social e cultural permite o reconhecimento do indivíduo como parte de um grupo ou sociedade. Na infância, as histórias tornam-se referência para a criança, seja na maneira como interage com os demais ou como um modelo, um padrão a ser seguido. O desequilíbrio de representações, ou seja, simbolizar apenas um conjunto de características sociais pode refletir na hipervalorização de uma cultura e subvalorização das demais, desencadeando uma falta de identificação entre as crianças pouco representadas.

> A construção da identidade da criança é algo que vai passar inevitavelmente pelos referenciais que forem a ela apresentados. Neste aspecto, destacamos principalmente, os brinquedos, os personagens de desenho animado e as histórias infantis (Mariosa & Reis, 2011, p. 42).

A heterogeneidade no espaço escolar faz com que haja a necessidade de diversificar as representações, seja ela física, religiosa, cultural ou de classe social. A falta de espaço para expressões culturais reflete no seu desconhecimento ou estranhamento, este último, sentimento que pode causar repulsa, por parte de crianças, pela falta de convívio com hábitos diferentes dos considerados "normais" em seu cotidiano. "A representatividade de personagens negros na literatura pode fortalecer a autoestima e identidade das crianças, contribuindo para um ambiente de aprendizagem mais equitativo e combatendo o racismo estrutural nas escolas" (Miranda *et al*, 2024, p. 71).

A abordagem da história afro-brasileira por meio das contações de histórias, desde a infância, amplia a compreensão das crianças sobre suas origens, condições em que algo ou alguém se encontra e fatos históricos, favorecendo o enfrentamento a desigualdade social. Essa abordagem confere ao estado seu dever formal no combate as barreiras enfrentadas por pessoas negras, possibilitando a formação de uma sociedade com visão mais crítica e consciente das relações sociais da atualidade.

> A literatura infantil desempenha um papel importante no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, influenciando a forma como percebem o mundo ao seu redor. No entanto, a representatividade étnico-racial ainda é uma lacuna em muitas narrativas, privando crianças da experiência de se identificarem com personagens que refletem sua própria imagem, bem como outras formas de diversidade (SILVA *et al*, 2024, p. 502).

Destaca-se a pouca utilização de recursos pedagógicos que contemplem a pluralidade cultural, desconsiderando ou até mesmo não conhecendo a importância da valorização da diversidade no contexto escolar. Para explicitar essa problemática, neste artigo apresentamos alguns temas que estão divididos em seções que ajudam o leitor entender e refletir sobre o assunto discutido.

Na primeira parte apresentamos a importância da Educação Infantil na formação social e individual, contações de história afro-brasileiras, diversidade e identidade. Na segunda, desenvolvemos sobre a forma com que práticas docentes influenciam no fortalecimento dos preconceitos, juntamente com a falta de material didático articulados com as relações étnico-raciais. Por fim, discorremos sobre a contribuição da oralidade na formação social da criança e no desenvolvimento de habilidades.

METODOLOGIA

A Educação Infantil possui um papel fundamental na formação de uma sociedade, com poder de transformação social, é o ponto de partida de relações sociais com regras e convivência plural. A escola é um espaço contínuo, ponto de encontros entre crianças e adultos de diferentes origens, mas que partilham oportunidades sociais em comum.

Orientado pela Lei nº 10.639/2003, a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo da rede de ensino busca valorizar a população negra na construção da história do Brasil. Evidenciando que o Estado precisa estar posicionado não apenas na fala, mas também institucionalizando uma reavaliação do papel das pessoas negras na história do Brasil.

> A preocupação com a situação do negro no Brasil assume uma importância ainda maior se comparada a outras nações, pois aqui esta herança da África está mais presente, porém menos valorizada. Essa desvalorização é uma característica facilmente constatada, pois basta olhar a sociedade através de lentes críticas que as discrepâncias sociais saltam aos olhos, sendo que os mais necessitados no Brasil, muitas vezes, descendem da herança africana, sendo estes também os mais vulneráveis aos ataques racistas de várias naturezas, como por exemplo, a situação financeira, profissional, familiar e tantas outras (Guedes *et al,* 2013, p. 422).

As contações de histórias afro-brasileiras proporcionam ao/a professor(a) ampliar discussões como: identificar quais contribuições da contação de história afro-brasileira no respeito as diferenças; valorizar a construção da identidade das crianças a partir da representatividade na contação de histórias afro-brasileira; promover a discussão sobre a importância de inserir na Educação Infantil temas que contribuem para o preconceito estrutural escolar.

> A literatura infantil é um segmento da língua portuguesa que tem um alto potencial e deve ser trabalhada e explorada por professores e escolas na intenção de inserir as crianças no contexto histórico e cultural da língua, neste intuito a contação de história, chega como uma ferramenta essencial para a transmissão de histórias que impactam diretamente a vida e cotidiano de crianças e também de adultos. Consideramos desta forma, esta prática de grande importância para a criança, pois desperta seu olhar, e favorece enxergar além o que conecta o real para o imaginário (Lima *et al*, 2018, p. 8).

Sendo assim, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica, com abordagem qualitativa, pois analisa conceitos e ideias de uma determinada situação, explorando as subjetividades da

problemática. A análise foi realizada a partir de artigos científicos, legislações relacionadas à Educação Infantil e a importância da valorização da cultura afro-brasileira. Essa perspectiva permitiu ampliar o conhecimento sobre a relevância da inserção de contação afro-brasileira na Educação Infantil. Considerando sua contribuição na valorização da diversidade, da identidade cultural e respeito às diferenças.

DISCUSSÃO

Embora a temática deste artigo tenha amparo na Lei nº 10.639/2003, que faz adoção a uma educação plural e inclusiva, existem fatores que impedem a contribuição da escola em formar crianças no seu desenvolvimento integral que envolva, principalmente, a cidadania e igualdade. Em seu trabalho sobre a prática docente na Educação Infantil que envolve o gênero masculino, Gaia (2015), traz um depoimento de uma diretora. A gestora esclarece que, oficialmente, não existe impedimento para contratação de homens na Educação Infantil, entretanto, na prática havia restrições.

> Segundo a diretora, essas limitações eram necessárias, pois, nos evitariam "problemas", assim como para a Instituição com as famílias, uma vez que segundo ela, as "famílias" não entendiam homens como profissionais capazes de trabalharem na Educação Infantil (Gaia, 2015, p. 104).

O contexto acima exemplifica que, mesmo com a legislação a favor, na prática, o espaço escolar pode ser conduzido por influência dos preconceitos presentes na sociedade. Torna-se um paradigma na educação. Da mesma forma, situações evidenciam preconceitos contra religião de matriz africana. Ou seja, preconceitos, independente se são de cunho religioso ou de gênero, estão tão estabelecidos em sociedade que limitam, por vezes, a inserção de debates na Educação Infantil que combateriam racismo e intolerância religiosa. Um outro exemplo aparece no trecho a seguir, no qual são relatadas vivências de uma professora praticante da Umbanda, que relata o domínio de outras religiões nas atividades escolares.

> No cotidiano escolar, situações aparentemente simples revelaram profundas marcas de intolerância. A docente relatou sentir-se mal em diversas ocasiões em que rezas e orações católicas, bem como práticas religiosas evangélicas, eram realizadas dentro do espaço escolar de forma naturalizada, especialmente em momentos coletivos, reuniões ou atividades com as crianças. Para a professora, essa naturalização reforça a ideia de que apenas determinadas expressões religiosas são aceitas e legitimadas na escola, enquanto outras são totalmente esquecidas ou negativadas (Felde *et al*, 2026 p. 93).

Para compreender essas cisões, que estabelecem um lado como a norma sempre hegemônica a ser exaltada e um outro como o lado a ser excluído e negado, Sueli Carneiro (2023) lançou mão do conceito de dispositivo de racialidade. Inicialmente, ela parte da noção de dispositivo desenvolvida por Foucault, ainda no livro primeiro da História da sexualidade, por entender que esse conceito poderia ajudar a compreender as complexidades da formação social no Brasil, orientadas sob o âmago da raça. Nesse sentido, é preciso observar o que Foucault (2017) entende por dispositivo. Diz ele:

> Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 2017, p. 364).

Em História da Sexualidade I, Foucault (2019) investiga como se formou um dispositivo de sexualidade e como isso definiu a hegemonia do corpo da classe burguesa. Nota-se, aqui, que a investigação foucaultiana se debruça sobre a positivação, a produtividade de um poder, de uma subjetividade e de um corpo hegemônico. Carneiro (2023), por sua vez, compreende a importância desse conceito, mas entende que Foucault deixou passar ao largo as questões que envolvem a raça. É sob esse aspecto da racialidade que Carneiro (2023) busca completar as análises de Foucault.

Dessa forma, é preciso compreender que o dispositivo de racialidade carrega, diferente do dispositivo de sexualidade, uma oscilação entre uma positivação e uma negação do poder. O que isso quer dizer? Para Sueli Carneiro (2023), o branco no Brasil só pôde se reafirmar como tal, por exemplo, como indivíduos ponderados, civilizados, racionais, saudáveis, etc, pela negação aos negros da possibilidade da sua própria existência como ser humano. O dispositivo de racialidade opera estrategicamente as condições de existência do ser branco a partir da negação do ser negro. Nesse sentido, a história da população negra no Brasil, diferente das mulheres da era vitoriana na Inglaterra, engendra-se a partir não de uma produtividade do poder, mas da sua negatividade (Carneiro, 2023). Sobre o dispositivo de Carneiro (2023, p.13) afirma:

> [...] procuro mostrar a existência de um dispositivo de racialidade operando na sociedade brasileira de tal modo que, pela articulação de múltiplos elementos, configura a racialidade como um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades. Pode-se dizer que o dispositivo de racialidade instaura, no limite, uma divisão ontológica, uma vez que a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras. Ou, dito de outro modo, a superioridade do Eu hegemônico branco é conquistada pela contraposição com o Outro, negro.

Isso é observável no interior da história da educação brasileira quando a comparamos com a instauração do projeto educador moderno no centro do capitalismo europeu. Enquanto nesse, a educação se forja de fato como uma universalidade estendida a todos os cidadãos. Aqui no Brasil, vimos que ela se estabelece desde de o início como um instrumento de dominação, vide a experiência jesuíta com as populações indígenas, e de distinção social, caso clássico de setores da elite que não eram proprietárias de terras e viam nas titulações de ensino superior uma forma de se descolarem da base da população pobre e majoritariamente negra (Romanelli, 1986).

As primeiras oportunidades mais concretas para a população negra na educação só aparecem nos anos 1920, no período republicano, quando começa a se pensar o processo de modernização do Brasil (Cruz, 2005). Entretanto, como como afirma Leomir Hilário (2021, p.62): “Em termos filosóficos, podemos dizer que quem realiza as luzes na periferia brasileira do capitalismo não é Immanuel Kant, mas sim Hebert Spencer e o darwinismo social”. Para nós o que aparecerá como progresso no curso da história significará não uma ruptura, mas uma reatualização da barbárie. Nesses termos o dispositivo de racialidade segue ele mesmo atuante como anteparo e organizador da vida social brasileira.

Dessa forma, a exclusividade de práticas religiosas cristianizadas nas escolas é sintoma da presentificação do colonialismo e da ação eficaz dos dispositivos de racialidade. Na comunidade escolar, isso aumenta o estranhamento a outras expressões religiosas, propiciando um ambiente de desconforto ou de exclusão para todos que não são praticantes daquela religião dominante. Situação que vai de encontro à ideia de um estado laico, com livre expressão religiosa e sem a obrigatoriedade de cultivar princípios ou dogmas de uma religião no cotidiano escolar.

> A intolerância religiosa sempre fez parte da história da humanidade, e no Brasil, ela também se manifestou de maneira significativa no apagamento da cosmovisão afro-indígena e se consolidou a partir do processo de colonização de nosso país, deixando marcas profundas e históricas que remontam à invasão pelos portugueses e à implementação de seu projeto colonialista, juntamente com a religião cristã, que foi usada como forma de conquista, dominação e doutrinação dos povos originários e domesticação dos escravizados em nosso território (Rodrigues & Vaz, 2025 p. 1005).

A permanência de uma catequização institucional, ao longo dos anos, é caracterizada por normalizar cantigas e valores que envolve o conjunto de alunos, professores e direção escolar. Fato este que pode provocar, na criança, que não segue a mesma religião, uma sensação de isolamento social, exclusão e, até mesmo, evasão em razão de estar fora dos padrões aparentemente disseminado. Um outro componente da baixa inserção são os temas que envolvem as origens afro-brasileiras na Educação Infantil, disponibilizados nos materiais pela escola e utilizados pelos/pelas professores/professoras.

> Grande parte dos conteúdos expressos pelos livros didáticos, paradidáticos ou pelos materiais pedagógicos em geral ainda mantém uma visão estereotipada sobre a representação do segmento negro ou ignora o conhecimento científico, técnico, lingüístico, estético, a visão de mundo dos africanos e afro-brasileiros (Sousa, 2005, p. 4).

Miranda *et al* (2024, p. 72) alertam que

> Apesar dos avanços legislativos e da produção de literatura infantil afro-brasileira, muitas escolas ainda enfrentam desafios na implementação efetiva desses recursos devido à falta de material e resistência em modificar currículos tradicionais.

Evidenciando que, além do preconceito, a falta de recursos didáticos também soma para dificuldade de escolas em seguir as orientações da legislação. Um outro problema está nas próprias matérias já existentes com conteúdos deturpados, com erros históricos, com associações estereotipadas da pessoa negra ou folclóricas, além de não enaltecer, coloca em uma posição histórica que se resume apenas à escravidão. Essa é uma visão passada em diferentes gerações sem questionamentos ou criticidade sobre a relevância das pessoas negras entre períodos da história do Brasil, criando hiatos e causando a impressão da sua presença em momentos pontuais.

> Outro problema do sistema de ensino diz respeito ao fato de que a "cultura negra" geralmente tem sua importância encapsulada, sendo por vezes retratada como uma "contribuição" e não como uma das matrizes edificadoras, tanto da identidade nacional quanto da cultura brasileira. Outro empecilho é que, em alguns livros didáticos ou paradidáticos, as manifestações associadas à "cultura negra" – como congadas, maracatus, jongos, afoxés, maculelês, cacumbis, etc. – são representadas como coisa folclórica, pitoresca, por vezes aludidas no pretérito. Essa visão precisa ser questionada. Embora herança do passado colonial no concurso da experiência afrodiaspórica, as manifestações da "cultura negra" são vivas, plásticas e dinâmicas, sendo reinventadas, atualizadas e ressignificadas em cada contexto histórico (Domingues 2025 p. 5).

Todo esse conjunto de problemas é mais um efeito da operação do dispositivo de racialidade, mais especificamente sob a forma do epistemicídio. Para Sueli Carneiro (2023), o epistemicídio constitui uma dimensão epistemológica do contrato racial para além da esfera política e moral. Ele define um conjunto de normas de cognição que estabelece aquele conhecimento que é validado e integrado dentro de determinadas instituições e aquele que é

inferiorizado e descartado desses mesmo lugares de saber/poder. Sobre isso, diz Carneiro (2023, p. 88-89):

> Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção de indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor do conhecimento e pelo rebaixamento de sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento de sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.

No Brasil, o epistemicídio se insere primeiro pelas mãos da igreja católica. Foi ela a responsável pela censura e controle sobre conhecimento produzido pela população negra. Já no período republicano, momento de transformações profundas nas estruturas do estado brasileiro, período também da construção da ideia de nação. O racismo científico, ao temer a presença dos negros recém libertos, tratou de produzir formas de contenção, de exclusão e de assimilação dessa população como uma maneira de inseri-la docilmente no interior da sociedade republicana emergente (Carneiro, 2023).

A instauração do epistemicídio no Brasil traz um impacto racial profundo dentro do debate educacional. De um lado, como efeito dessas práticas epistemicidas, é produzido um processo histórico de exclusão e precariedade de acesso às instituições de ensino por parte da população afrodescendente. Em uma outra ponta, no interior das instituições de ensino, aqueles que conseguiam inserir-se nesses locais de ensino passavam por um longo processo de embranquecimento e apagamento de sua própria história e identidade (Carneiro, 2023).

Podemos dizer que a escola foi um elemento central para instruir e naturalizar formas hegemônicas de saber ao passo que apagava e deslegitimava outras formas de conhecimento referentes aos povos considerados inferiores e subalternizados (Carneiro, 2023). Sendo assim, não deveria ser tomado como surpresa a atualidade do apagamento dos saberes, da cultura, das experiências e práticas sociais de povos historicamente privados do acesso a locais de saber/poder, como é o caso dos espaços educativos. Afinal, como diz Sueli Carneiro (2023, p. 98) “A história do epistemicídio em relação aos afrodescendentes é a história do epistemicídio do Brasil, dado o obscurantismo em que o país foi lançado desde a sua origem”.

A presença do epistemicídio que se reproduz na escassez de recursos didáticos que contemplam a história afro-brasileira em diferentes contextos, como diversidade cultural, faz com que professores busquem outras estratégias para abordar a temática. Nesse sentido, surgem as brincadeiras, canções e histórias de origem afro como explicado por (Silva & Moreira 2025 p. 45):

> A Educação Infantil é a etapa inicial da formação escolar, marcada por descobertas, construção de vínculos e desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Nesse período, as crianças estão especialmente abertas a vivências que envolvem o corpo, os sentidos, a imaginação e a afetividade. Por isso, trabalhar com a cultura brasileira nesse contexto não significa apenas transmitir informações sobre tradições e costumes, mas proporcionar experiências vivas, significativas e prazerosas que conectem os pequenos ao mundo que os cerca. Ao ouvir uma cantiga de roda, participar de uma festa junina, brincar com brinquedos tradicionais ou conhecer lendas do folclore, a criança não apenas aprende sobre o Brasil, ela se reconhece como parte dele.

Essa solução oportuniza o/a professor/professora a trabalhar no cotidiano escolar as tradições afro-brasileiras que se apresentam como espaços de compartilhar experiências entre gerações através das vivências. A passagem acontece dos mais velhos para os mais novos,

tratando-se de uma forma de preservação cultural, agregando valores, conhecimentos, memórias e costumes. Dessa forma, cria-se pontos de contato entre gerações, o que favorece uma resistência as histórias que ao longo dos anos foram minimizadas e marginalizadas.

> A oralidade também ocupa posição central nas religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, onde os ensinamentos e práticas são transmitidos pela vivência e pela palavra falada. Essa forma de transmissão valoriza a experiência e a interação direta, reforçando os laços comunitários e garantindo a continuidade das tradições (Santos *et al*, 2025, p. 163).

As histórias e brincadeiras com temática das religiões de matriz africana podem ser usadas como instrumentos na Educação Infantil para enfrentar as dificuldades na prática docente no que se refere ao preconceito religioso e/ou pela falta de recursos didáticos. O docente possui um meio alternativo de incluir atividades alternativas para conseguir introduzir as relações étnico-raciais no currículo da Educação Infantil.

> Ao contar suas histórias, o narrador propõe a reafirmação da importância e a permanência da tradição oral, atualizando conceitos e transmitindo os conhecimentos da sua cultura, que muitas vezes não estão em nenhum livro. Mas essa não foi tarefa fácil no caso específico do Brasil pois, a preservação dos conteúdos das culturas de origem africana enfrentou séculos e séculos de resistência, lutas e escravidão, o que dificultava a profusão das crenças, mitos, costumes e o estabelecimento de sua cultura, encontrando na oralidade seu principal meio de resistência e transmissão histórica (Amorim & Santos, 2020 p. 92).

Cultivar a contação de histórias e contá-las por oralidade promove uma transgressão de uma cultura para dentro do convívio escolar por estar na fala, na explicação, na repetição, no questionamento dos envolvidos. A oralidade é intrínseca das relações humanas e ser representado também no que se ouve abrange origens, valoriza cultura e dá sentido à identidades, porque a história faz parte do que se é como indivíduo e do que se vive, as experiências.

> A representação, a encenação, a repetição do que se ouve, através de cantos e recitais, entre outras atividades que envolvam a oralidade, sem dúvida inserem a criança no meio social, dialogicamente, onde a mesma sentir-se-á representada e acolhida, o que desenvolverá atitudes de cidadania e letramentos social, escolar e identitário (Alves, 2019, p. 262).

Com esse entendimento podemos notar a maior igualdade de espaço de saberes afro fomentando a legitimidade do conteúdo e colocando em equilíbrio uma educação que normalmente é catequética. Incorporar conteúdos que valorizam saberes culturais afro-brasileiros significa romper modelos únicos de conhecimento que ao longo da história serviram como dogmas e que são base de preconceitos e intolerância.

> No contexto escolar, epistemologias africanas seguem marginalizadas, refletindo o racismo estrutural que afeta a percepção do corpo negro e a valorização dos saberes afro-brasileiros. Conteúdos de origem africana são abordados de maneira desigual em relação aos eurocêntricos, sendo ora legitimados, ora desprezados (Gomes *et al*, 2025 p. 2).

A utilização das contações de história permite ao professor abranger uma maior diversidade de temas e essa amplitude oportuniza trabalhar assuntos relacionadas ao convívio, ao bom relacionamento, vínculos e valores. A afetividade trazida nessa prática pedagógica favorece a atenção e facilita a compreensão porque o aluno se enxerga dentro de um conteúdo que, por vezes, são abstratos e distantes da realidade.

> O principal objetivo em contar uma história é divertir, estimulando a imaginação, mas, quando bem contada, pode atingir outros objetivos, tais como: educar, instruir, conhecer melhor os interesses pessoais, desenvolver o raciocínio, ser ponto de partida para trabalhar algum conteúdo programático, assim podendo aumentar o interesse pela aula ou permitir a auto-identificação, favorecendo a compreensão de situações desagradáveis e ajudando a resolver conflito (Torres & Tettamanzy, 2008, p. 3).

Tal colocação coloca a contação como uma poderosa aliada do professor na construção de bons relacionamentos entre os alunos e, consequentemente, um ambiente acolhedor onde o discente queira estar e se sinta acolhido, sendo possível se expressar e aprender a respeitar outras expressões. Com isso, o ambiente se torna mais propício ao desenvolvimento emocional das crianças, permitindo a inclusão prática do ensino de história e cultura afro-brasileira na educação visto que reuni relacionamento, identidade, representatividade, cognição e saberes de matriz afro.

> Com isso, algumas ferramentas possibilitam o diálogo, pois despertam o interesse das crianças, motivando-as a falarem sobre o que sentem e como sentem. Assim sendo, a contação de histórias apresenta um potencial a ser explorado neste sentido, pois permite o fluir da imaginação e das interações. Também podemos incluir, de uma forma um tanto diferenciada, o uso de experimentos, visto que a ciência traz para as crianças o fascínio da transformação, da produção e da experimentação (Kassia & Lupetti, 2025, p. 3).

A partir dessa prática o professor poderá estimular as crianças a descrever e emitir opiniões através das contações, provocando a discussão de assuntos que, normalmente, são naturalizados por seus familiares e amigos. Perceber que seus pares presenciam e passam por situações semelhantes e diferentes abre um leque de experiências vivenciadas por quem está próximo, havendo uma noção de realidade. A reflexão sobre situações ou falas que estão no cotidiano escolar ou familiar da criança e que são consideradas discriminatórias ajudam a desenvolver uma consciência do que pode ou não ser levado em conta como uma brincadeira. Atividade oportuniza a criança a trazer seus próprios exemplos, sentir-se pertencente da discussão, criar hábitos de empatia e solidariedade com aqueles que sofrem algum tipo de preconceito.

> A leitura de histórias oferece à criança a oportunidade de se sentir inquieta e desafiada intelectualmente. Ela é encorajada a questionar o que lê, a considerar diferentes perspectivas e a desenvolver a habilidade de formar suas próprias opiniões. Além disso, a narrativa pode ser um meio de despertar a consciência de que é possível mudar de opinião à medida que novas informações são adquiridas (Silva *et al*, 2024, p. 505).

Criar uma consciência das relações étnico-racial na infância, isto é, ter uma formação baseada na construção identitária, trata-se de ter um indivíduo conhecedor da sua história, identidade, cultura e pertencimento. E mais, ajuda a entender que todos precisam ter essa consciência, tanto quem se identifica com os grupos historicamente descriminados, como também quem se identifica com aqueles que ocupam posição de privilegiados.

> É, então, papel da escola como instituição educadora, assegurar que as diferenças de etnia, religião, gênero e classe social sejam respeitadas. E também o acesso a todas elas em um sinal de reconhecimento, mostrando que não há uma melhor ou superior que a outra. Cabe à escola propiciar experiências socializadoras de que somente a família não é capaz, pois a criança terá um contato com diferenças que não existem no seu grupo familiar (Queiroz *et al*, 2018, p. 70).

Por isso, a institucionalização do ensino de história afro-brasileira foi e é importante do ponto de vista da exposição da criança a influências de sua construção social. Do seu primeiro contato que envolve família, religião, a escola é um espaço onde pode ser promovido o contato com as diferentes realidades e relações sociais.

> Geralmente quando trabalhado, muitas vezes, estava restrito às aulas de história e seu conteúdo era limitado a tratar sobre a escravidão tornando-se um fator que não promovia nos educandos, principalmente negros, o sentimento de pertencimento a essa cultura. Além disso, tal abordagem era insuficiente para provocar uma reflexão acerca de toda a trajetória de resistência e lutas que tais povos enfrentaram dessa forma os negros não eram reconhecidos como sujeitos históricos e nem a cultura africana era considerada como constituinte e formadora da sociedade brasileira (Santos *et al*, 2019, p. 5).

Assim, utilizar a contação de história apenas em datas comemorativas pode provocar uma descontinuidade, um hiato que entre datas, ações isoladas que podem ser ligadas apenas como lembretes e formas de homenagem sem o combate efetivo ao preconceito estrutural. A contínua contextualização no cotidiano escolar diante de acontecimentos na sociedade, conflitos internos, conteúdos e recreação pode ser um caminho para a inclusão das contações na prática.

> As concepções de representatividade estão relacionadas à forma como indivíduos ou grupos veem a si mesmos refletidos em diferentes esferas da sociedade, seja na cultura, na política, na educação ou na mídia. No contexto educacional e literário, a representatividade assume um papel transformador, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como a população negra, para garantir visibilidade e reconhecimento de suas histórias, culturas e contribuições. (Ramos & Conceição, 2025, p. 145).

Sintetizando a ideia da necessidade e importância de um forte alicerce da cultura afro e da comunidade negra no Brasil, o currículo da Educação Infantil precisa ser pensado como base para desenvolvimento integral das crianças. Esse crescimento deve envolver cognição, sentidos, convívio, reconhecimento diante da diversidade de expressões, culturas, origens aplicadas nas atividades de rotina escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contações afro-brasileiras possuem um caráter de resgate cultural das origens das pessoas negras na história do Brasil, por isso, é inconcebível imaginar uma formação sem o entendimento das suas origens. Logo, excluir na prática docente temas que englobam toda uma cultura pertencente ao longo dos tempos é descriminar grande parcela de um povo.

Apesar das dificuldades apresentadas ao longo do presente trabalho, que incluem preconceitos e falta de recursos didáticos. É importante ressaltar a manutenção da exaltação da diversidade, traduzidas através de práticas que valorizam essa cultura - como danças, canções, vestimentas, histórias, entre outros.

Trazer essa reflexão é entender o poder do preconceito estrutural, existente nas escolas, que se reverte em diferentes formas de impedir a aplicação prática da valorização afrodescendente. Mas, que, também há diversas outras formas de aproximar as crianças do contato com a cultura afro-brasileira.

Incluir instrumentos que possuem baixo ou nenhum custo de esforço ou financeiro, mas que seja enriquecedor para o desenvolvimento integral do discente é válido e deve ser cultivado

ao longo do ano letivo nas atividades do cotidiano escolar. A oralidade é um desses instrumentos que permite ao professor trabalhar diversas habilidades dos alunos ao passo que os envolve e naturaliza elementos de uma educação baseada na cultura afro-brasileira.

A escola possui um papel a construção social e identitária da criança, sendo um dos primeiros ambientes de socialização e de contato com o diferente. Nesse espaço, é importante a criança ser exposta a diferentes experiências que permitam refletir sobre si e sua realidade, possibilitando um espaço de troca e aprendizado cultural.

Promover a consciência sobre as relações étnico-raciais na Educação Infantil pode ser uma das estratégias para a redução do preconceito, à medida que se forma indivíduos com senso crítico há de se criar uns ambientes mais inclusos e antirracista.

Além de que, a consciência étnico-racial pode vir a ser um instrumento no combate à desigualdade social, ter uma sociedade que reconheça essa realidade fortalece a luta por mais oportunidade e direito para todos.

Diante disso, quanto mais a escola for um ambiente democrático, mais há chances de uma formação que permita, desde a infância, o contato com valores referentes ao respeito às diferenças e a coexistência com a diversidade. Fortalecendo a identidade e a representatividade das crianças, ajudando no combate ao preconceito e a discriminação.

Por fim, é papel do Estado incentivar educadores, por meio de políticas públicas e de formação continuada, a utilizarem as contações afro-brasileiras e todos os recursos de matriz africana, que permitam colocar no cotidiano escolar pautas referentes as discussões étnico-raciais.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Roque, M. M. C.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Carvalho, L. O.: redação do artigo e revisão crítica do conteúdo intelectual importante. Teles, P. S.: concepção e desenho, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: "Os autores declaram que não há conflitos de interesse".

REFERÊNCIAS

Alves, S. S. S. (2019). O papel da oralidade para o desenvolvimento do letramento em crianças da Educação Infantil. Seminário Interlinhas, v. 7, n. 1, p. 259-268. https://www.revistas.uneb.br/index.php/asipc/article/view/7645.

Amorim, L. L.; Santos, L. S. (2020). Ritmos, mitos e ancestralidade na contação de histórias de matrizes africanas: a trajetória de Dona Cici, vovó, mestra de cultura ou griô. A Cor das Letras, v. 21, n. 2, p. 91-98. https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/91.

BRASIL. (2003). Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm..

Carneiro, S. (2023). Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar. https://www.scielo.br/j/ts/a/dqS9X9h8YRsMSfQjhHTJFNS/?lang=pt

Cruz, M. dos S. (2005). Uma abordagem da história da educação dos negros. In: Romão, J. (org.). História da educação dos negros e outras histórias. Brasília, DF: Ministério da

Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume6_historia_da_educacao_do_negro_e_outras_historias.pdf

Dias, L. R. (2012). Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 51, p. 661-674. https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Szxr7Z3zVNnzYxWGhWYqFbj/.

Domingues, P. (2025). A Lei 10.639/03 e o ensino de história e cultura afro-brasileira. Cadernos de Pesquisa, v. 55, e11162. https://publicacoesfcc.emnuvens.com.br/cp/article/view/11162.

Faria, I. G. de; Flaviano, S. de L. L.; Guimarães, M. S. B.; Faleiro, W.. (2017). A influência da contação de histórias na Educação Infantil. Mediação, Pires do Rio, v. 12, n. 1, p. 30-48. https://www.revista.ueg.br/index.php/mediacao/article/view/6368.

Felde, G. S.; Pinto, M. L. S.; Bayer, C. A. (2026). Quando a fé vira alvo: vivências de uma professora umbandista na Educação Infantil. *Revista Difusão*, v. 1, n. 14, p. 92-94. https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/difusao/article/view/2601

Foucault, M. (2019). História da sexualidade I: a vontade de saber. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Foucault, M. (2017). Sobre a história da sexualidade. In: Foucault, M. Microfísica do poder. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gaia, R. da S. P. (2015). Gênero e docência na Educação Infantil: reflexões acerca das relações entre a prática do cuidado e a atuação masculina em uma profissão culturalmente feminina. *Revista Eletrônica "Diálogos Acadêmicos"*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 99-109. https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627113248.pdf

Gomes, A. M. da S.; Gomes, A. M. R.; Brito, J. E. de. (2025). A oralidade como tecnologia sagrada africana no candomblé e na educação antirracista. *Revista Foco*, v. 18, n. 6, e9013, p. 1-28. https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/9013.

Guedes, E.; Nunes, P.; Andrade, T. de. (2013). O uso da Lei 10.639/03 em sala de aula. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 6, p. 421-430. https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/205..

Hilário, L. C. (2021). As figuras da razão instrumental no interior da periferia do capitalismo. Passagens de Paris, n. 21, p. 40-70. https://www.apebfr.org/ojs/index.php/passadesdeparis/article/view/49

Kássia, R. C. de; Lupetti, K. O. (2025). Educação emocional na escola: dialogando por meio de histórias e ciência. *Cadernos da Pedagogia*, v. 19, n. 43. https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/2233

Lima, A. de M.; Silva, R. S. da; Araújo, J. de A. (2021). Educação antirracista: reflexões sobre preconceito e discriminação racial na Educação Infantil. Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, v. 9, n. 14, e142005. https://revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/10567

Lima, R.; Mendonça, D.; Sampaio, G. (2018). A contação de história como ferramenta didática. *Revista de Práticas Pedagógicas*, v. 2, n. 2. https://fadminas.edu.br/wp-content/uploads/2023/10/3a-edicao.pdf#page=5

Mariosa, G. S.; Reis, M. da G. dos. (2011). A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças. Estação Literária, Londrina, v. 8, p. 42-53. https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/estacaoliteraria/article/view/25625.

Mateus, A. do N. B. et al. (2013). A importância da contação de história como prática educativa na Educação Infantil. Pedagogia em Ação, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 54-69. https://periodicos.pucminas.br/pedagogiacao/article/view/8477.

Miranda, N. Souza, et al. (2024). Valorização da autoestima da criança por meio da literatura afro-brasileira. In: Congresso Brasileiro de Iniciação Científica, 16., 2024, Santos. Anais [...]. Santos: Universidade Santa Cecília. p. 70-74. https://periodicos.unisanta.br/COB/article/view/2440

Paula, A. P. de; Braga, A. de F. S.; Loureiro, A. M. A. (2021). A contação de histórias e sua importância para o desenvolvimento da criança. *Revista Interdisciplinar Sulear*, n. 10, p. 131-144. https://revista.uemg.br/sulear/article/view/5973.

Queiroz, H. A.; Alvarenga, J. B. S.; Moraes-Filho, I. M.; Fidelis, A.; Araújo, L M.; Araújo, L. M. (2018). O reconhecimento da identidade racial na Educação Infantil. *Revista Científica Sena Aires*, v. 7, n. 1, p. 66-75. https://rdcsa.emnuvens.com.br/revista/article/view/740..

Ramos, D. da S. M.; Conceição, A. C. (2025). Cores da nossa história: desconstruindo estereótipos racistas e promovendo representatividade na Educação Infantil através da literatura afro-brasileira. *Revista Educação, Linguagem e Tecnologias*, v. 1, n. 7, p. 139-161. https://revistas.uneb.br/elite/article/view/26889

Reis, R. C. dos. (2025). Entre desafios e conquistas: uma análise sobre o papel da educação na transformação social. In: A relação visual entre a Libras (L1) e a escrita da língua portuguesa como L2 para pessoas surdas. [S. l.]: Illustração, cap. 8, p. 117-127. https://editorailustracao.com.br/media/pdfs/447/fYAWkcsWuZqq.pdf#page=115

Rocha, J. G. da; Silva, C. da C. (2015). A transmissão do conhecimento nas culturas populares de matrizes africanas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 7, n. 15, p. 240-254. https://abpnrevista.org.br/site/article/view/123.

Rodrigues, J. L.; Vaz, A. C. (2025). Racismo religioso e intolerância: desafios na implementação da Lei 10.639/03 no espaço escolar. SCIAS. Direitos Humanos e Educação, v. 8, n. 2, p. 1000-1018. https://revista.uemg.br/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/10483..

Rodrigues, M. F. (2018). Relações étnico-raciais na Educação Infantil. *E-Revista*, v. 9, n. 2. https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/e-revistafacitec/article/view/1834

Romanelli, O. de O. (1986). História da educação no Brasil (1930/1973). 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. https://www.bvirtual.com.br/NossoAcervo/Publicacao/historia-da-educacao-no-brasil-19301973-201745

Santos, D. D.; Cunha, D. M. da; Magalhães, Á. B. (2019). A importância da contação de história para a compreensão e respeito à diversidade cultural e racial na construção da identidade dos alunos do Centro Educacional Manoelina Maria de Jesus. Seminário Interdisciplinar em Ensino, Extensão e Pesquisa, v. 5. https://www.revistas.uneb.br/sieep/article/view/15732

Santos, E. F. dos; Pinto, E. A. T.; Chirinéa, A. M. (2018). A Lei nº 10.639/03 e o epistemicídio: relações e embates. *Educação & Realidade*, v. 43, n. 3, p. 949-967. https://www.scielo.br/j/edreal/a/JXQP9M8NVGb6cCFH4hZwgFC/abstract/?lang=pt

Santos, R. C. dos et al. (2025). Corpos que brincam, vozes que contam: a cultura afro-brasileira como experiência na Educação Infantil. In: Congresso de Educação Física da UEG, 4., Caldas Novas. Anais [...]. Caldas Novas: UEG. https://anais.ueg.br/index.php/conef/article/view/17113

Silva, A. L. P. da; Moreira, M. L. B. (2025). Os espaços na Educação Infantil: ambientes que educam. *Revista Gestão & Educação*, São Paulo, v. 8, n. 10, p. 6-16.

https://sumarios.org/artigo/os-espa%C3%A7os-na-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-ambientes-que-educam

Silva, F. J. da; Queiroz, K. P.; Soares, K. G. da C. (2024). A diversidade étnico-racial na educação básica: uma contação de história com a obra "O Pequeno Príncipe Preto". *Revista Eventos Pedagógicos*, Sinop, v. 15, n. 2, p. 501-518. https://periodicos.unemat.br/reps/article/view/12077.

Sousa, A. L. de. (2005). Valores afro-brasileiros da educação. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Valores afro-brasileiros na educação*. Boletim 22. Brasília, DF: MEC. p. 3-14. https://culturamess.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/01/valoresafrobrasileiros.pdf

Torres, S. M.; Tettamanzy, A. L. L. (2008). Contação de histórias: resgate da memória e estímulo à imaginação. Nau Literária, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-8. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27420

Recebido: 22 de agosto de 2026 | **Aceito:** 29 de agosto 2026 | **Publicado:** 30 de setembro de 2026

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.